

Cúpula do Clima 2021: “aquecendo os motores” para a COP-26 em Glasgow

PATRÍCIA GUIMARÃES CAMPOS

Pesquisadora colaboradora do Observatório Interdisciplinar
das Mudanças Climáticas

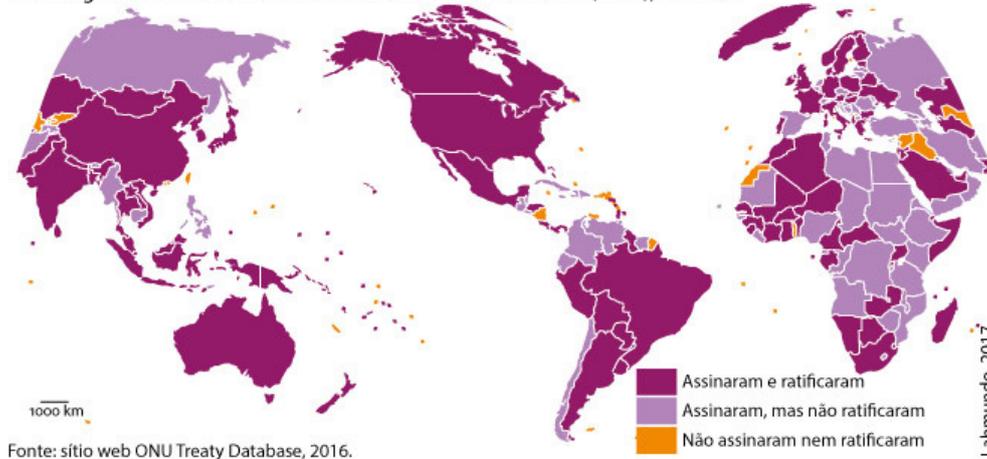
Os olhos do mundo estão novamente voltados para o combate ao aquecimento global, graças à Cúpula do Clima sediada pelo governo dos EUA. Após o ex-presidente Donald Trump anunciar a saída de Washington do Acordo de Paris, os Estados Unidos retomam a liderança do movimento de mitigação e adaptação climática.

A Cúpula foi a primeira iniciativa diplomática dos EUA após sua saída oficial do Acordo de Paris em novembro de 2020. Em janeiro de 2021, o presidente Joe Biden assinava o retorno ao acordo e, agora, a Cúpula representa um ensaio dos jogos políticos que devem marcar a Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26) que ocorrerá em novembro de 2021, em Glasgow (Escócia).

Virando uma nova página na política climática norte-americana, o presidente Biden designou o ex-Secretário de Estado John Kerry como enviado especial para o Clima. Esta decisão trouxe uma mensagem diplomática importante, pois Kerry foi ator-chave em negociações prévias em 2015 e durante a Conferência de Copenhague. Buscando retomar sua liderança em matéria de mitigação e adaptação climática, os Estados Unidos anunciaram a diminuição de suas emissões de gases de efeito estufa em até 50% para 2030, configurando como a maior concessão já feita pelo país. A neutralidade de emissões de carbono estava no centro das prioridades da Cúpula, com os EUA buscando antecipar a data prevista de 2060 para 2050. O governo norte-americano se comprometeu com a nova data, assim como Brasil, Canadá, Japão e a União Europeia.

CONFERÊNCIA DE PARIS

Países signatários do documento final da Conferência de Paris (2016), em 2016



O governo chinês, em contraposição, manteve sua proposta de neutralidade para 2060 e a meta de alcançar o pico de emissões até 2030, permanecendo fiel às concessões anunciadas em setembro de 2020 pelo presidente Xi Jinping na Assembleia Geral da ONU. O país é hoje o maior emissor de gases de efeito estufa do mundo, respondendo por 28% das emissões de acordo com a International Energy Agency. Contudo, em termos per capita, o país não possui a liderança das emissões, estando abaixo de países como os EUA, Rússia e Canadá.

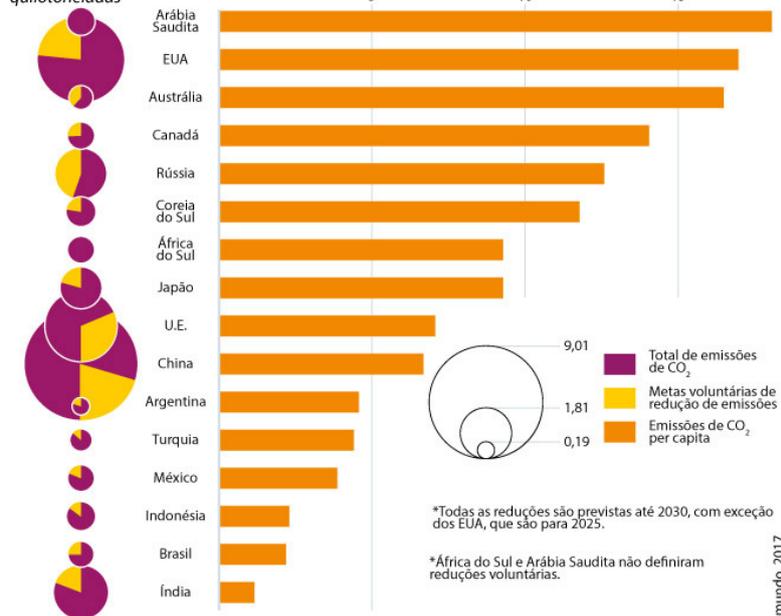
Procurando sinalizar uma postura proativa nas negociações para a COP26, o governo chinês anunciou o retorno de seu emissário especial para assuntos do clima Xie Zhenhua. Como um de seus mais respeitados especialistas no tema, Xie é um negociador veterano responsável pelo acordo bilateral China-EUA para a mitigação climática de 2014 e o Acordo de Paris de 2015. Além disso, Xie e Kerry tem boa relação de longa data, o que especialistas apontam como uma demonstração positiva do governo chinês em assumir compromissos ambiciosos.

Embora a temática da neutralidade de carbono não esteja delimitada como ponto central do novo plano quinquenal, o país apresentou pela primeira vez uma agenda com cronograma para o controle e a redução do consumo de carvão, determinando o 14º e 15º planos, respectivamente, como bases para atingir tal meta. Esta decisão pode ser considerada como importante marco na evolução das metas de mitigação climática do país. É importante pontuar que esta proposta não apresentou uma meta para a eliminação completa do consumo de carvão pelo país, nem se propõe a não exportar essas emissões para outros países. Esta é uma crítica que o país vem recebendo em relação aos projetos da Belt and Road Initiative.

MUDANÇA CLIMÁTICA

Emissões totais de CO₂ do G-20, em 2011, e suas metas voluntárias de redução, em milhões de quilotoneladas

Emissões de CO₂ per capita do G-20, em toneladas métricas, em 2014



O presidente chinês, contudo, procurou reforçar o status da China de país em desenvolvimento, ao referenciar em seu discurso o princípio de responsabilidades comuns, porém diferenciadas (RCPD). O princípio configura-se como um dos fundamentos da diplomacia climática chinesa. Ao lado de Brasil, Índia e África do Sul, o país negociou a favor de sua inclusão na Conferência-Quadro de 1992 e no Acordo de Paris de 2015. Assim como no caso chinês, o princípio também foi reivindicado nos discursos de Brasil e África do Sul.

Ao contrário de seus parceiros do grupo BASIC, o discurso do Primeiro Ministro indiano Narendra Modi não mencionou o princípio RCPD. Contudo, o país anunciou uma parceria com o governo dos Estados Unidos para investimentos em tecnologias e energias verdes intitulada India-US Climate and clean energy Agenda 2030 partnership. Apesar de pressões sofridas pelos EUA e pelo Reino Unido para aderir à proposta de neutralidade de carbono até 2050, a Índia não fez qualquer proposta a esse respeito, nem mesmo seguindo a proposta do governo chinês para 2060.

Assim como a Índia, o presidente russo Vladimir Putin, não se comprometeu com a meta de 2050, porém, procurou anunciar a limitação substancial de suas emissões até esse ano. Porém, um dos pontos mais importantes do discurso de Putin foi evocar esforços globais para a redução das emissões de metano, um gás de efeito estufa 84 vezes mais potente que o dióxido de carbono nos danos ao aquecimento global, segundo dados da ONU.

Presente em geladeiras e aparelhos de ar-condicionado, o gás pode permanecer mais de cem anos na atmosfera e se mostra como um dos novos desafios à mitigação dos efeitos nefastos das mudanças climáticas.

Em seu discurso oficial à Cúpula do Clima, o presidente francês Emmanuel Macron pontuou a urgência da crise climática, classificando o ano de 2030 como o novo 2050, demandando que as ações em prol da mitigação climática sejam implementadas o mais rápido possível. Em conjunto com a presidente da Comissão da União Europeia Ursula von der Leyen e a presidente alemã Angela Merkel, o presidente francês anunciou o compromisso de iniciar o projeto “Green Deal”, com investimentos em desenvolvimento tecnológico, energias renováveis e projetos de desenvolvimento sustentável.

A Cúpula revelou que a urgência da crise climática exige compromissos nacionais cada vez mais sólidos e ambiciosos. O retorno dos Estados Unidos à cena multilateral de proteção ao clima traz esperanças de que os países estejam mais perto de atingir a meta de aumento máximo de 1,5 graus C na temperatura média anual do planeta. A escolha chinesa em nomear um de seus mais conceituados especialistas em diplomacia climática para conduzir as negociações também sinalizou uma postura positiva e cooperativa; contudo o novo plano quinquenal chinês traz preocupações sobre o quão disposto estará o país para tomar medidas mais ambiciosas.

Com os Estados Unidos e a União Europeia buscando investir em uma recuperação econômica verde no contexto pós-pandemia e a China cada vez mais disposta a cooperar, a proteção ambiental e climática parece finalmente estar no cerne das preocupações e ambições dos líderes mundiais. Tal é uma esperança há muito tempo aguardada de que o mundo possa superar antigos hábitos em direção a um futuro menos energívoro e mais sustentável. O Brasil, mais uma vez, parece destacar-se nesse campo da política internacional pelo contraexemplo.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2021